

ESTUDOS EM POLÍTICAS CULTURAIS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO?

[ARTIGO]

Leonardo Costa

*Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Comunicação*

Renata Rocha

*Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Comunicação*

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo lança um olhar sobre os microdados das teses e dissertações sobre políticas culturais defendidas no Brasil entre os anos de 1987 e 2019, por meio de perspectivas distintas e complementares, associando técnicas da pesquisa bibliométrica a aportes teórico-metodológicos de autores como Michel de Certeau, Pierre Bourdieu e Franco Moretti. A fim de compreender como se dá o desenvolvimento desse campo acadêmico no país, os dados inicialmente são apresentados com os principais agregadores e posteriormente segmentados por décadas: 1990 a 1999, 2000 a 2009 e 2010 a 2019. Os quantitativos da produção e os temas destacados de cada período são revisitados e contextualizados, com o propósito de imaginar os desafios e oportunidades dos estudos em políticas culturais para a próxima década.

Palavras-chave: Políticas culturais. Campo acadêmico. Teses. Dissertações. Bibliometria.

This paper examines the microdata of theses and dissertations on cultural policies produced in Brazil between 1987 and 2019, using different – and complementary – perspectives, associating bibliometric research techniques with theoretical and methodological contributions by authors such as Michel de Certeau, Pierre Bourdieu and Franco Moretti. To understand how this academic field developed in the country, we first present the data with their main aggregators and then segmented by decades: 1990 to 1999, 2000 to 2009, and 2010 to 2019. The quantitative production and major topics of each period are revisited and contextualized, as to imagine the challenges and opportunities of cultural policies studies for the next decade.

Keywords: Cultural policies. Academic field. Theses. Dissertations. Bibliometrics.

Este artículo analiza los microdatos de tesis y disertaciones sobre políticas culturales, defendidas en Brasil entre 1987 y 2019, a partir de perspectivas diferentes y complementarias, asociando técnicas de investigación bibliométrica con aportes teórico-metodológicos de autores como Michel de Certeau, Pierre Bourdieu, Franco Moretti, entre otros. Para comprender cómo se da el desarrollo de este campo académico en el país, los datos se presentan inicialmente con los principales agregadores y luego se segmentan por décadas: de 1990 a 1999, de 2000 a 2009 y de 2010 a 2019. El cuantitativo de la producción y los temas destacados en cada período son revisados y contextualizados, con el propósito de imaginar los desafíos y oportunidades de los estudios en políticas culturales para la próxima década.

Palabras clave: Políticas culturales. Campo académico. Tesis. Disertaciones. Bibliometría.

Introdução

Ao propor uma análise, à luz das Ciências Sociais, do campo dessas mesmas Ciências Sociais, Pierre Bourdieu (2004) traz relevantes contribuições para interpretar relações no desenvolvimento dos estudos em políticas culturais no Brasil, enquanto *campo*¹ acadêmico. Em sua reflexão, o autor salienta, dentre outras questões, a heteronomia das Ciências Sociais e suas causas, trazendo à tona aspectos que podem contribuir para explicar as correlações entre o desenvolvimento dos estudos em Políticas Culturais, as diversas modalidades de experimentos na área e os contextos, processos e agentes que os circundam. No cenário atual, em que vivenciamos o desmonte e a instabilidade das políticas culturais do governo federal, nos parece estratégico lançar olhares a partir de vieses diversificados sobre o tema.

Sob tal perspectiva, acreditamos que os dados e diagnósticos produzidos no âmbito da pesquisa *Mapeamento da produção de conhecimento em políticas culturais* aportam relevantes contribuições para uma reflexão ampla sobre as políticas culturais no Brasil. O projeto, que objetiva analisar o modo como se desenvolvem os estudos e as trajetórias de pesquisadores e estudiosos da

área, é realizado em parceria com a Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

Este artigo se debruça, especificamente, sobre um fragmento representativo da base informacional ora coletada no âmbito do projeto: os microdados das teses e dissertações sobre políticas culturais defendidas no Brasil entre os anos de 1987 e 2019. Os dados são inicialmente apresentados em conjunto, com os principais agregadores, e depois a partir de uma periodização por décadas: 1990 a 1999, 2000 a 2009 e 2010 a 2019. A pergunta que norteia as discussões propostas é: de que modo a análise desse *corpus* permite imaginar os desafios e oportunidades para a próxima década nesse campo acadêmico?

Diante da complexidade do objeto e do empreendimento, o quadro conceitual e metodológico adotado combina perspectivas distintas e complementares, articulando a revisão de literatura com técnicas e ferramentas de pesquisa da bibliometria e cientometria. Estas últimas aparecem como um recurso central, devido ao papel decisivo dos indicadores elaborados para subsidiar as discussões.

Revisitando a literatura

Neste tópico, propomos uma breve revisão dos principais trabalhos que analisam a conformação científica do campo das políticas culturais no país e seus desdobramentos. Tais estudos evidenciam o recente esforço de articulação de pesquisadores, buscando a formação de consensos em torno de um campo de estudos comum (ROCHA *et al.*, 2020, p. 386).

1 Segundo a teoria sociológica desenvolvida por Pierre Bourdieu (1990), os atores e formas institucionais podem ser organizados em campos relativamente autônomos, que funcionam como um sistema regido por leis específicas. A contribuição metodológica dessa categorização é sua capacidade de mediar a relação entre infraestrutura e superestrutura e entre o social e o individual, expressando uma perspectiva relacional da sociedade, na qual os sistemas de relações objetivas (posições) explicariam as práticas, os discursos e as escolhas (tomadas de posição) dos agentes.

Destacamos inicialmente os trabalhos *Estudos de política cultural no Brasil: um olhar desde o Enecult*, publicado em 2014 por Alexandre Barbalho e Jocastra Holanda; e *O perfil dos estudos sobre políticas culturais a partir do Enecult*, de Mariella Pitombo Vieira, Leonardo Nascimento, Linda Rubim e Delmira Souza, em 2016. Em ambos são analisados, a partir de perspectivas metodológicas diferentes, os artigos na área das políticas culturais publicados nos Anais do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). O primeiro, após uma breve contextualização dessa área de estudos, analisa 402 artigos de nove edições do evento acadêmico, enfatizando, além de metadados dos textos, as abordagens privilegiadas nos estudos empreendidos (BARBALHO; HOLANDA, 2014). Já o segundo se debruça sobre 268 trabalhos de dez edições, e, além desses aspectos, analisa as referências bibliográficas, utilizando o software de análise qualitativa ATLAS.ti (VIEIRA *et al.*, 2016).

Outro trabalho pioneiro na análise da formação desse campo acadêmico é *Estudos acadêmicos contemporâneos sobre políticas culturais no Brasil: análises e tendências*, publicado em 2014 por Lia Calabre. Nessa pesquisa são levantadas as teses e dissertações defendidas no período de 1988 a 2012², assim como os artigos do grupo de trabalho sobre políticas culturais do Enecult e do Seminário Internacional de Políticas Culturais realizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, ambos do período de 2010 a 2012. A autora frisa a importância desses

encontros como relevantes espaços de debates e partilhas acadêmicas, então ausentes nos campos disciplinares de origem dos pesquisadores, fato que se deve à dispersão tanto geográfica quanto da grande área de atuação da produção dos trabalhos desse campo em formação:

Por um lado podemos dizer que levando em conta que o conceito ampliado de cultura na gestão pública, que vem sendo proposto pelo Ministério da Cultura para as ações desenvolvidas no campo das políticas públicas, propicia, ou melhor, requer olhares disciplinares múltiplos. Tal abordagem sobre as ações e objetos culturais é ainda muito nova, especialmente quando pensamos em consolidação de campos de conhecimento. Se os múltiplos olhares, por um lado, produzem um espectro amplo e variado de análise, por outro, as torna muito solitárias no seu campo disciplinar, algumas vezes até mesmo pouco compreendidas (CALABRE, 2014, p. 128).

Mais recentemente, a dissertação de mestrado de Marcelo Augusto de Paiva dos Santos, intitulada *Políticas culturais, um campo em formação: explorações a partir de metodologias informacionais e cientométricas*, defendida em 2017; e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Nayanna Kuchenbecker, *Produção de Conhecimento em Políticas Culturais no Brasil: um olhar a partir dos microdados das teses e dissertações defendidas entre 1987 e 2018*, apresentado em 2020; buscam lançar um olhar para a formação do campo através da análise de seus estudos.

A dissertação de Paiva dos Santos utiliza a bibliometria como ferramenta para

2 A partir dos indexadores política cultural, políticas públicas de cultura, leis de incentivo à cultura, financiamento à cultura e Ministério da Cultura, considerando palavras-chave, títulos e resumos (CALABRE, 2014, p. 114).

a análise das referências bibliográficas do periódico *Políticas Culturais em Revista* e a cientometria para identificar dados quantitativos de pesquisadores da área, através da extração de dados da Plataforma Lattes. Segundo o autor, “pode se perceber que, possivelmente, a área esteja em processo de crescimento (e de indexação) nas áreas de formação da pós-graduação, o que reserva para si um estudo específico sobre isso” (SANTOS, 2017, p. 138).

Já a monografia³ de Nayanna Kuchenbecker toma como base informacional os microdados de teses e dissertações defendidas no Brasil de 1987 a 2018, disponibilizados na plataforma Dados Abertos da CAPES. Diante da observação dos principais resultados, identificou-se que existe um campo de estudos em consolidação no Brasil, com destaque para a produção do estado da Bahia (KUCHENBECKER, 2020).

Podemos elencar ainda outros estudos que se utilizaram da bibliometria para avaliar a quantidade de publicações sobre temas inerentes às políticas culturais. Sobre o Programa Cultura Viva (PCV)⁴, por exemplo, na dissertação *Institucionalidade cultural: o Programa Cultura Viva da criação até a Lei nº 13.018/2014* de Oliveira (2018, p. 27), foram localizadas 173 produções acadêmicas sobre o tema – com o pico de publicações no ano de 2014.

Outras pesquisas desenvolvidas recentemente foram: *Estudos sobre financiamento e fomento à cultura nos estados e Distrito Federal* (GUIMARÃES; SILVA, 2017, p. 66), que registrou um total de 295 estudos sobre esse tema no Brasil desde a década de 1980; e *Avaliação bibliométrica sobre planos de cultura* (COSTA, 2019), que levantou 119 publicações – com o pico de publicações no ano de 2013 – sobre este tema. É importante indicar que os trabalhos mencionados adotam diferentes metodologias e não se restringem a dissertações e teses, na medida em que abrangem artigos em periódicos e em Anais de eventos.

Metodologia

O projeto Dados Abertos⁵ da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) disponibiliza os microdados de todos os 1.235.795 trabalhos de pós-graduação defendidos desde 1987 no Brasil, em distintos formatos. Os microdados foram reunidos e filtrados por meio da linguagem de programação R (PENG, 2015), que permite uma busca ampla e mais rápida do que se empreendêssemos um mergulho manual nos dados. A filtragem para o escopo deste texto, a saber, teses e dissertações sobre políticas defendidas entre 1987 e 2019, adotou como recorte a existência de um conjunto de expressões equivalentes à ideia de

3 Trabalho orientado a partir do nosso grupo de pesquisa.

4 O PCV, com destaque para os Pontos de Cultura, foi considerado como um dos principais programas da gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MinC). “O PCV pode ser considerado como um abre alas para um novo momento das políticas públicas de cultura brasileiras” (OLIVEIRA, 2018, p. 22).

5 Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

política cultural⁶ no título, resumo e/ou palavras-chave, resultando num total de 1.091 trabalhos, divididos em 260 teses, 729 dissertações de mestrado acadêmico e 102 trabalhos de conclusão de mestrado profissional.

A busca por produções que realizaram autoindexação com termos que possuem conexão direta na área, possui como principal justificativa a intencionalidade dos próprios pesquisadores em formação de afirmar seu pertencimento à área de conhecimento das políticas culturais através da autoindexação. Diversos fatores permitem inferir que o campo de produção acadêmica sobre o tema ultrapassa o uso de tais expressões, a exemplo da multidisciplinaridade, a recente expansão da área e a inexistência de uma matriz teórica unificada nas reflexões produzidas.

Em lugar de segmentar a análise em quadriênios, acompanhando as mudanças na gestão pública da cultura em âmbito nacional como em Kuchenbecker (2020), adotamos, para o percurso ora iniciado, uma periodização mais ampla, por décadas, a fim de confirmar ou refutar tendências mais gerais relativas ao desenvolvimento do campo. Segundo Certeau, o “[...] incessante trabalho

de diferenciação (entre acontecimentos, entre períodos, entre dados ou entre séries, etc.) é, em história, a condição de todo relacionamento dos elementos distintos e, portanto, de sua compreensão” (CERTEAU, 1982, p. 46). Nesse sentido, elucidar o modo como definimos os marcos é um meio de evidenciar o propósito de buscar novas perspectivas sobre as políticas culturais no Brasil.

Também cabe salientar a opção por nos debruçarmos, para além das análises quantitativas baseadas na bibliometria, sobre os contextos e processos mais gerais que envolvem a área de estudos em políticas culturais, com o intuito de

[...] submeter a ciência a uma análise histórica e sociológica que não visa de modo algum relativizar o conhecimento científico conformando-o e reduzindo-o às suas condições históricas, portanto, a circunstâncias localizadas e datadas, mas que pretende, muito pelo contrário, fazer com que os cientistas compreendam melhor os mecanismos sociais que orientam a prática científica e se tomem assim «donos e senhores» não só da «natureza», segundo a velha ambição cartesiana, mas também, e não há dúvida de que não é menos difícil, do mundo social em que se produz o conhecimento da natureza (BOURDIEU, 2004, p. 9).

Nesse sentido, apesar de criticar duramente as “utilizações duvidosas (e por vezes deploráveis) da bibliometria” (BOURDIEU, 2004, p. 28) o autor ressalta sua utilidade e relevância para a construção de indicadores sociológicos.

Tal perspectiva soma-se à pretensão de pôr em prática uma *Distant reading*, ou leitura distante, método proposto por Franco Moretti (2000) para analisar grandes conjuntos de

6 A saber: política cultural; políticas culturais; política de cultura; políticas de cultura; política; para cultura; políticas para cultura; política para a cultura; políticas para a cultura; política pública cultural; políticas públicas culturais; política pública de cultura; políticas públicas de cultura; política da cultura; políticas da cultura; política cultural; políticas culturais; política de cultura; políticas de cultura; política para cultura; políticas para cultura; política para a cultura; políticas para a cultura; política pública cultural; políticas públicas culturais; política pública de cultura; políticas públicas de cultura; política da cultura; políticas da cultura; política pública cultural; políticas públicas culturais; política pública de cultura; políticas públicas de cultura; política pública cultural; políticas públicas culturais; política pública de cultura; políticas públicas de cultura.

dados relativos à literatura mundial. Segundo o autor, a distância,

[...] é uma condição do conhecimento. Ela nos permite focalizar unidades muito menores ou muito maiores que o texto: expedientes, temas, tropos – ou gêneros e sistemas. E se entre o muito pequeno e o muito grande o próprio texto desaparece, bem, será um daqueles casos em que se pode justificadamente dizer: “Menos é mais”. Se quisermos compreender o sistema em seu conjunto, teremos de aceitar perder alguma coisa (MORETTI, 2000, p. 179).

Ressalta-se que nos ateremos a aspectos específicos dos trabalhos para nossa discussão, a saber, à evolução quantitativa das defesas de teses e dissertações e ao conjunto de palavras-chave utilizadas pelos autores ao longo de cada década. Diante da ambição de nosso propósito, buscamos, portanto, reproduzir a “relação entre análise e síntese” (MORETTI, 2000, p. 175) proposta pelo autor.

Cabe salientar, ainda, que as correlações entre o *corpus* da investigação proposta e os

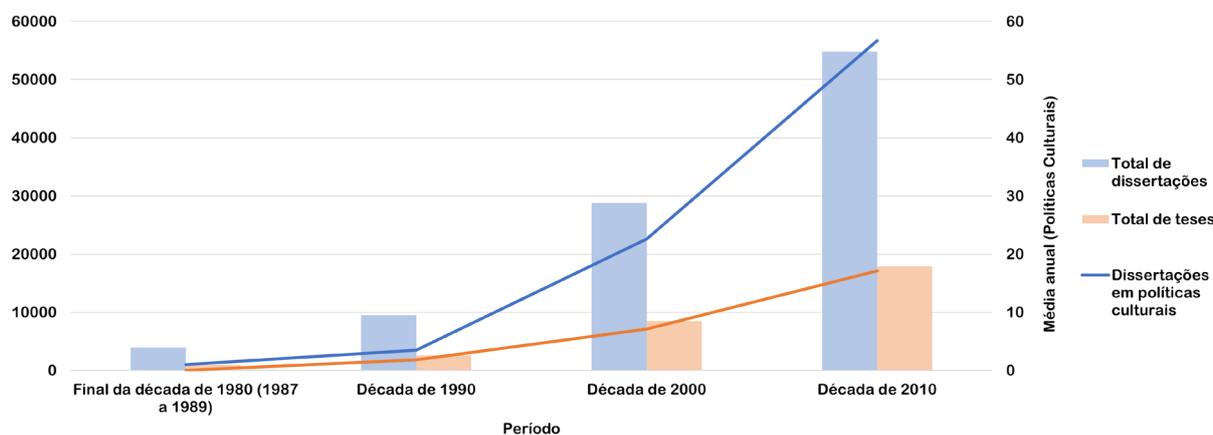
contextos de cada década, no que diz respeito à perspectiva temporal, deve considerar um (esperado) atraso no espelhamento dos processos políticos, culturais, sociais e econômicos. A escolha do tema de pesquisa, e mesmo a decisão submetê-lo a um programa de pós-graduação *stricto sensu* (em nível de mestrado ou doutorado), ocorre com uma antecedência média de dois a cinco anos em relação à sua data de defesa.

Um passeio panorâmico sobre o campo de estudos em políticas culturais

Nas últimas décadas, tem sido possível observar um aumento considerável da produção científica no Brasil como um todo (MENA-CHALCO; ROCHA, 2014), reflexo das políticas de ampliação do acesso às universidades e de expansão dos cursos de graduação e pós-graduação. A área das políticas culturais acompanha tal tendência, apresentando um incremento superior ao identificado no total de teses e dissertações defendidas no país.

[Gráfico 1]

Crescimento das dissertações e teses indexadas por década em comparação com o crescimento da produção de dissertações e teses no Brasil



Fonte: elaboração própria com base no CTD

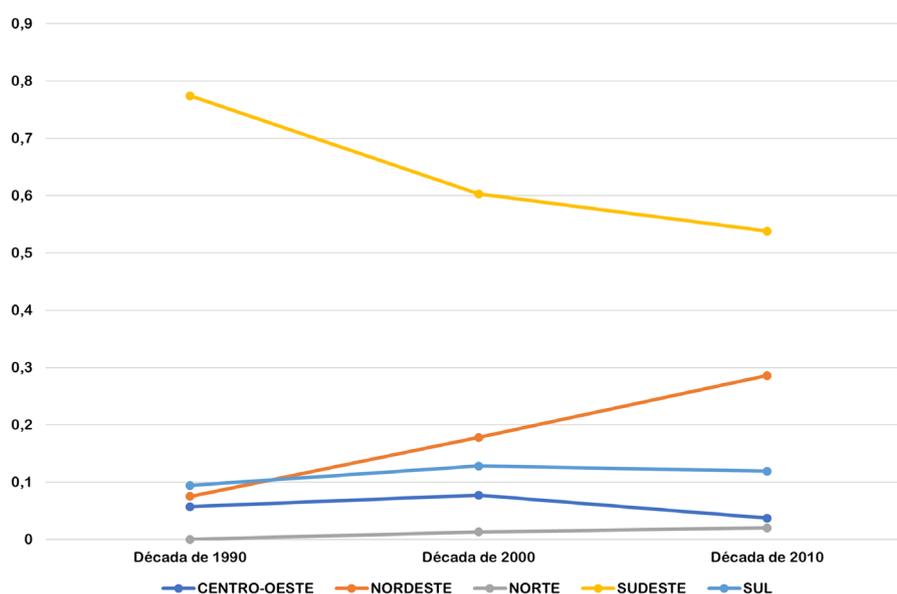
Para delinear o panorama dessas produções, destaca-se que, na década de 2000, considerando o total de trabalhos, o número de defesas de teses, em relação a 1990, foi 3,2 vezes superior, e o de dissertações, 3,02. Quanto aos trabalhos sobre políticas culturais, o aumento foi de, respectivamente, 3,9 e 6,4. Na década seguinte, a tendência se manteve. Em relação aos anos 2000, houve a defesa de 2,1 mais teses e 1,8 dissertações, considerando o total de trabalhos, e 2,4 e 2,5 entre os trabalhos indexados. Considerando a soma entre teses e dissertações, a década de 2010 foi responsável por 58% do total de trabalhos defendidos entre 1987 e 2019 e 67% dos trabalhos em políticas culturais. A expressividade do crescimento de defesas

em políticas culturais precisa ser relativizada diante do pequeno número de trabalhos identificados.

Se compararmos a evolução do número de trabalhos indexados na área de políticas culturais nas últimas três décadas, é possível perceber que o Nordeste foi a região que teve maior crescimento nacional. Na década de 1990, o Nordeste representava 7,5% do total de teses e dissertações e, já nos anos 2010, esse índice passou a ser de 28,6%. O Sudeste, mesmo com o aumento progressivo no número de trabalhos, indexados ou não, sofre uma substantiva queda em relação a sua participação percentual frente a outras regiões (Gráfico 2).

[Gráfico 2]

Evolução percentual dos trabalhos indexados por região entre as décadas de 1990 e 2010



Fonte: elaboração própria com base no CTD

Em relação à distribuição por estados dos estudos acadêmicos em políticas culturais, ao considerarmos apenas o valor absoluto dos trabalhos indexados no Brasil, temos uma maior concentração de teses e dissertações defendidas

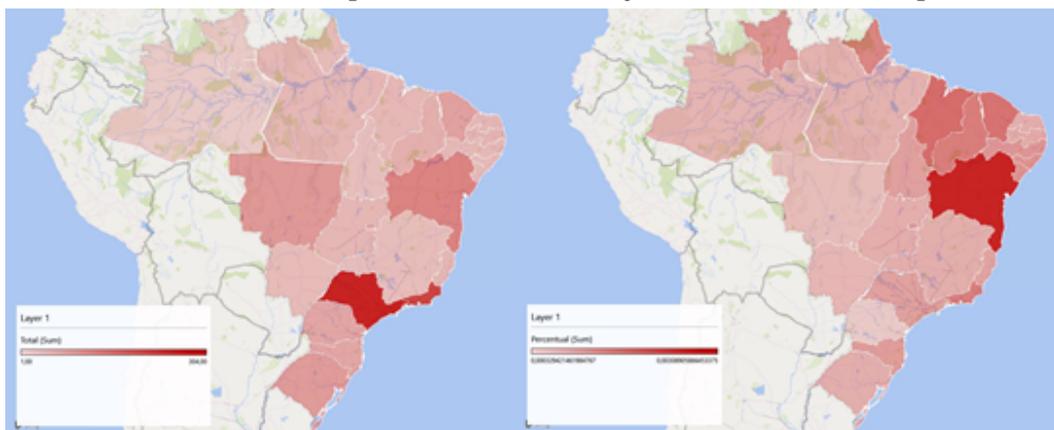
em São Paulo e no Rio de Janeiro, dado já esperado diante da expressividade da produção científica desses estados. No entanto, ao considerarmos o percentual de trabalhos indexados em relação ao total de teses e dissertações em cada

estado, o resultado apresenta uma maior expressividade desse campo nos estados do Nordeste: Bahia, Maranhão, Ceará e Piauí. Nessa perspectiva, o Rio de Janeiro

fica na quinta posição e São Paulo, na 14ª (Figura 1). Apenas dois estados brasileiros não possuem nenhum trabalho indexado até o ano de 2019: Rondônia e Acre.

[Figura 1]

Distribuição territorial dos trabalhos indexados em políticas culturais: valores absolutos versus valores percentuais em relação ao total trabalhos por estado



Fonte: elaboração própria com base no CTD

O ranqueamento das instituições com maior número de defesas no país demonstra, por sua vez, que 20 instituições de ensino superior (IES) no Brasil concentram 68% das teses e dissertações indexadas em políticas culturais. As duas primeiras listadas, a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal da Bahia, possuem 21% dos trabalhos mapeados, ocupando um lugar de destaque tanto na produção total ao longo das três últimas décadas quanto no crescimento dessa produção.

Na Universidade Federal da Bahia, há uma concentração da produção na última década no Programa Multidisciplinar de

Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, com cerca de 64% das teses e dissertações indexadas dentre os 14 programas mapeados na instituição. O Pós-Cultura teve sua primeira dissertação defendida no ano de 2007, e teve oito dissertações indexadas até o final da década de 2000 e 34 indexadas na década de 2010. Além disso, teve um total de 15 teses indexadas em políticas culturais defendidas na década de 2010. Cabe ressaltar que um trabalho de doutorado tem uma previsão de conclusão em quatro anos, de forma que as primeiras teses do programa começaram a ser defendidas apenas no ano de 2010.

[Tabela 1]
Principais IES por número de dissertações e teses indexadas

	IES	Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000	Década de 2010	Total
1	USP	1	14	46	71	132
2	UFBA		2	20	77	99
3	UFRJ	1	4	12	34	51
4	PUC/SP		7	16	24	47
5	UFF		2	10	30	42
6	UERJ		0	13	21	34
7	UFPE		0	5	27	32
8	UNICAMP		5	17	10	32
9	UNIRIO		3	7	21	31
10	UECE		0	7	23	30
11	UFRGS		1	8	21	30
12	UNB		3	11	16	30
13	UFSC		2	17	9	28
14	UFMG		2	7	18	27
15	FGV/RJ		1	2	23	26
16	UFC		1	4	13	18
17	UMC		0	0	14	14
18	UENF		0	2	12	14
19	UFRN		0	0	11	11
20	UDESC		0	1	10	11

Fonte: elaboração própria com base no CTD

Já na Universidade de São Paulo foram mapeados 22 programas de pós-graduação, figurando como principais o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicação e Artes, com 17% da produção indexada na última década, e o Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, com 15%. Ambos foram criados nas últimas décadas: o da ECA, em 2006, e o da EACH, em 2011.

Essa dispersão em diferentes programas corrobora com a discussão do caráter multidisciplinar na área: “[...] a própria dinâmica do campo de políticas culturais,

no contexto das literaturas internacionais e nacionais, nos indica que a área é multidisciplinar, o que reforça a ideia de que os pesquisadores do seu campo possuem variadas inserções acadêmicas e diferentes intensidades de dedicação” (SANTOS, 2017).

Esse breve panorama, somado ao contexto histórico de cada período, serve de pano de fundo para um olhar mais acurado sobre a evolução do quantitativo dos trabalhos ao longo de cada década e os temas privilegiados nas teses e dissertações em políticas culturais disponíveis no banco de dados da CAPES. Tal itinerário se inicia a seguir.

Primeiros passos: final da década de 1980

O marco da criação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil data da década de 1960. Mais especificamente, “[...] foi em 1965 que o Governo Federal adotou medidas apoiadas no modelo norte-americano para formalizar a pós-graduação, reconhecendo esta como um novo nível de educação, além do bacharelado” (MORITZ; MORITZ; MELO, 2011, p. 4). Entretanto, os dados desse período não estão publicizados de forma eletrônica, o que implica a delimitação inicial de nosso recorte ao ano de 1987. Nesse sentido, cabe pontuar que, ao elaborar uma breve genealogia dos estudos em políticas culturais no Brasil, Alexandre Barbalho e Jocastra Holanda (2014) apontam como um dos marcos inaugurais da área a publicação, em 1984, do livro *Estado e Cultura no Brasil*, de Sérgio Miceli. Embora o tema tenha relevância em investigações que o precedem, é a partir desse momento que a política cultural começa a adquirir centralidade em estudos e trabalhos acadêmicos, alcançado um novo patamar a partir da década de 1990. Os autores também salientam que, no período, o país atravessava o contexto da redemocratização e de maior atenção às políticas culturais em âmbito federal, em especial a partir da criação do Ministério da Cultura, em 1985, no governo do presidente José Sarney, pelo decreto de número 91.144. Trata-se de um importante marco, em que pesem as instabilidades desse momento inicial, quando, em dez anos, passaram nada menos do que dez dirigentes pela pasta (RUBIM, 2007).

No bojo desse processo, o pesquisador Teixeira Coelho inicia seu livro *Usos*

da cultura, publicado em 1986, citando as intensas discussões sobre a questão cultural que perpassam e antecedem a instalação da “Nova República” em 1984. Coelho critica a falta de um programa de ação desse Ministério, que acabou seguindo o que o Estado brasileiro já fazia desde a década de 1960: preservar o que existiu e dar algum apoio ao produtor cultural (COELHO, 1986, p. 11). Tanto a questão do patrimônio cultural quanto a do fomento são temas que acompanharão a elaboração das políticas culturais bem como a discussão acadêmica do campo nas décadas seguintes.

Entre os anos de 1987 e 1989, mapeamos apenas três dissertações indexadas, todas defendidas na região Sudeste: duas no Rio de Janeiro e uma em São Paulo. Cada uma pertence a uma área de conhecimento diferente: Comunicação, Planejamento Urbano e Regional e Letras. Após um breve olhar sobre as palavras-chave adotadas para a indexação dos trabalhos, identificamos temas também distintos, respectivamente turismo cultural e lazer, museus como equipamentos culturais e uma discussão teórica sobre duas vertentes estadunidenses de análise sobre a sociedade pós-industrial. Esse é um primeiro indício da multidisciplinaridade do campo e da tendência à dispersão temática, a ser novamente abordada ao longo deste artigo.

É dada a largada: a década de 1990 e as políticas culturais

A atuação na área cultural em âmbito federal ao longo dos anos 1990 a

1999 é entremeada de descontinuidades. Grande parte das instituições da área cultural criadas no Governo Sarney é extinta no Governo Collor, que, no primeiro e tumultuado experimento neoliberal no país, praticamente desmonta a área de cultura no plano federal. O breve Governo Itamar (1992-1993), após o *impeachment* de Collor, trata de recriar, logo em seguida, alguns desses órgãos.

Já no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), vivenciamos um período de maior estabilidade, com a consolidação de uma perspectiva mercadológica na atuação pública no campo das políticas culturais. O livreto *Cultura É um Bom Negócio*, distribuído pelo Ministério da Cultura, ilustra de forma paradigmática esse período. No campo acadêmico, temas relacionados ao financiamento e fomento à cultura no Brasil adquirem prioridade e tornam-se recorrentes das discussões no campo das políticas culturais desde a década de 1980 (GUIMARÃES; SILVA, 2017).

Já em relação às teses e dissertações sobre políticas culturais em específico é possível perceber um aumento significativo em relação aos anos iniciais. Frente à identificação de apenas três dissertações entre os anos de 1988 e 1989, a década seguinte evidencia uma relativa estabilidade na produção, ainda com um número pequeno de produções: 35 dissertações e 18 teses (Gráfico 3), com uma média de 5,3 trabalhos por ano.

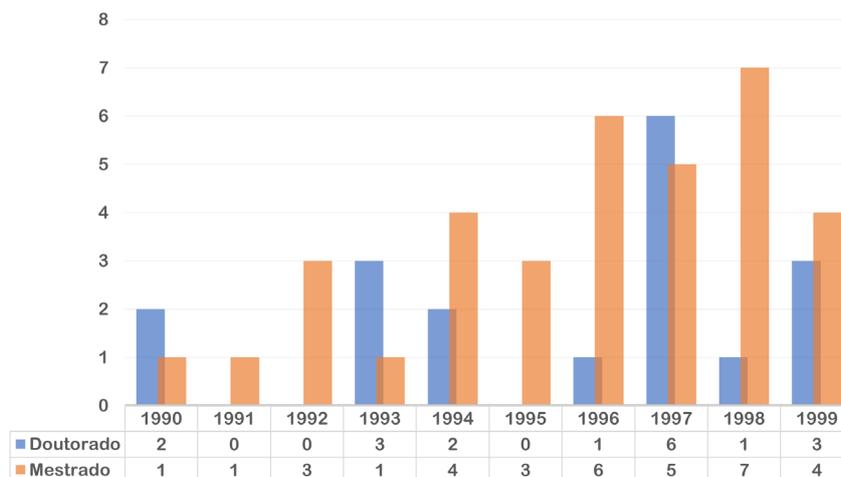
As palavras-chave de todos os trabalhos indexados na década de 1990 foram

reunidas em uma nuvem de palavras⁷, a fim de proporcionar uma melhor visualização das expressões mais recorrentes, na medida em que, nesse tipo de figura, o destaque de cada termo é proporcional ao número de menções identificadas. No período em questão, evidencia-se a dispersão das expressões, de forma que apenas sete delas aparecem em mais de um trabalho. É possível perceber alguns recortes temáticos nas repetições, tais como “Estado Novo”, presente em dois trabalhos da área de História, “agente cultural”, em dois trabalhos da Comunicação, e “literatura brasileira”, em dois trabalhos de Letras. Esses recortes, de um ponto de vista disciplinar, perpassam desde a relação das políticas culturais com o Estado e experimentos específicos de políticas, aos profissionais que atuam no campo e às linguagens artísticas.

⁷ Para melhor organizarmos os dados, separamos as palavras-chave de todos os trabalhos defendidos por décadas, para, em seguida, através do Microsoft Excel®, fazermos a separação dos dados em colunas. Não há um padrão no CTD da organização dessas palavras: há trabalhos que são separados por ponto, outros, por ponto e vírgula, outros, por barra e outros não têm separação. Após a separação em colunas, utilizamos as funções ARRUMAR e MAIÚSCULA para retirar espaços em branco no início das células e para padronizar as palavras. Decidimos reunir expressões diferenciadas quanto ao uso do plural. Por último, utilizamos o site WordArt (<https://wordart.com/>) para a visualização das nuvens. Cabe ressaltar que as expressões relacionadas aos termos “políticas culturais”, que utilizamos para indexar os trabalhos, foram retiradas das nuvens tendo em vista a sua programação na busca inicial.

[Gráfico 3]

Dissertações e teses indexadas na década de 1990



Fonte: elaboração própria com base no CTD

[Figura 2]

Nuvem de palavras-chave da década de 1990



Fonte: elaboração própria com base no CTD

Veredas abertas: década de 2000 a 2009

No contexto nacional, a atuação do Ministério da Cultura (MinC) na gestão Gilberto Gil/Juca Ferreira, durante o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), inaugura um processo de

gestão democrática e efetiva no que diz respeito às políticas culturais. O órgão se destaca, num primeiro momento, pela reivindicação de uma noção “antropológica” de cultura. Em seu discurso de posse, Gilberto Gil explicita que “as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada” (GIL, 2013, p. 230), inserindo outras modalidades de

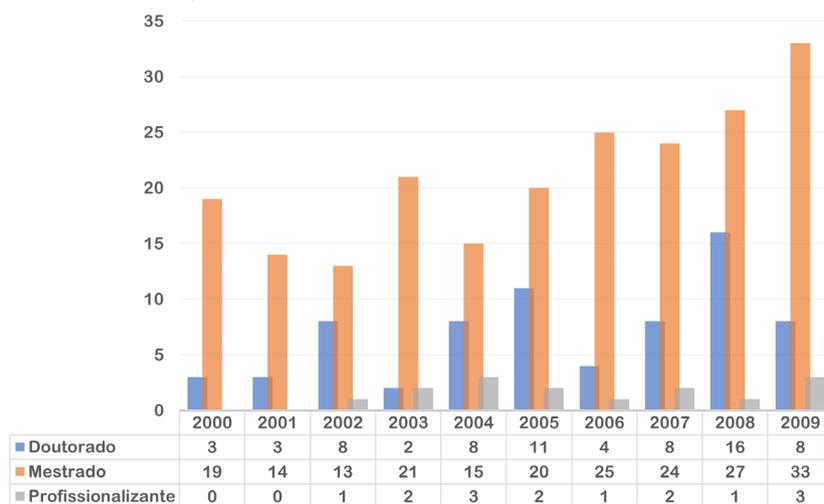
bens simbólicos – que abarcam as culturas populares, afro-brasileiras, indígenas, de gênero, das periferias, midiáticas etc. – no âmbito de sua atuação (ROCHA, 2014).

O alcance e a potência das políticas culturais impulsionadas elevaram o ministério a um patamar nacional e internacional inédito. Em que pesem as limitações, se destacam a implantação de iniciativas estratégicas como o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Plano Nacional de Cultura (PNC); o incentivo à participação

social em três Conferências de Cultura e no Conselho Nacional de Políticas Culturais; a criação do programa Cultura Viva; e o fomento à distribuição de recursos por meio de editais públicos.

Em consonância com tal conjuntura, o número de trabalhos no campo das políticas culturais apresenta um relevante crescimento na década de 2000, totalizando 226 dissertações e 71 teses (Gráfico 4), um aumento de 646% e de 394% em relação à década anterior. A média de trabalhos por ano é de 29,7.

[Gráfico 4]
Dissertações e teses indexadas na década de 2000



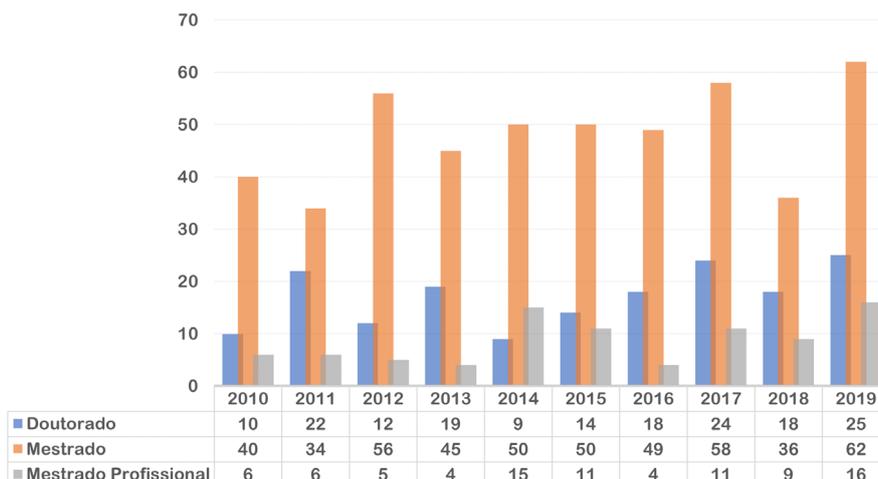
Fonte: elaboração própria com base no CTD

A nuvem com as palavras-chave dos trabalhos indexados na década de 2000 traz um maior número de expressões, tendo em vista o aumento de teses e dissertações defendidas em relação ao período anterior. 89 expressões têm pelo menos duas repetições e no mosaico criado conseguimos observar a maior recorrência das expressões “políticas públicas”, “identidade”, “museus” e “patrimônio cultural”. As diversas linguagens artísticas aparecem espalhadas pela nuvem com uma repetição menor, a exemplo de “teatro”, “arte”, “cinema” e “dança”.

A expressão “políticas públicas” aparece de forma proeminente, diferentemente da nuvem da década anterior. Um possível reflexo disso seria a crescente institucionalização do Ministério da Cultura nesse período, para além das políticas de incentivo fiscal à cultura. O termo está relacionado a trabalhos de diferentes áreas do conhecimento, tais como Administração, Planejamento Urbano e Regional, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Informação, Direito, História, Antropologia, Comunicação, dentre outras.

[Gráfico 5]

Dissertações e teses indexadas na década de 2010



Fonte: elaboração própria com base no CTD

A quantidade de dissertações de Mestrado Profissional⁸ também se amplia no período. Sua regulamentação mais recente é a Portaria nº 60, de 20 de março de 2019⁹, que dispõe ainda sobre o Doutorado Profissional no âmbito da Capes. No Brasil ainda estamos iniciando essa modalidade de Doutorado Profissional, com sete teses defendidas em 2018 e 10 teses defendidas em 2019, das quais nenhuma foi indexada no âmbito deste trabalho.

É possível perceber através da nuvem de palavras-chave que a expressão “políticas públicas” se consolida no campo na década

de 2010 – o que revela um contexto bem diferente do apresentado na década de 1990 e a ampliação de sua presença se comparada à década de 2000. Esse fato demonstra a importância do Estado como agente ativo das políticas culturais. Nesse sentido, programas de governo também são mencionados de forma recorrente, como é o caso dos “Pontos de Cultura” e do “Programa Cultura Viva”, que se sobressaem no panorama.

Há um total de 275 palavras-chave com mais de uma repetição na nuvem, número maior que relatado nas últimas décadas. Expressões como “direitos culturais” ganham uma proeminência, um campo de estudos intrinsecamente relacionado com as políticas culturais, em trabalhos defendidos em diferentes áreas do conhecimento, do Direito à Interdisciplinar. A área do “patrimônio cultural” segue uma tendência semelhante à da década passada. As “leis de incentivo à cultura” agora dividem espaço com expressões como “economia da cultura” e “economia criativa”, possíveis temas emergentes.

⁸ Embora essa modalidade tenha sido implementada no Brasil na década de 1990 com o nome de “mestrado profissionalizante”, neste artigo optamos por manter a nomenclatura “mestrado profissional”, adotada a partir da década de 2010, pois apenas em 2013 foram defendidas as primeiras dissertações indexadas em políticas culturais nessa modalidade.

⁹ Disponível em: https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/68157853/do1-2019-03-22-portaria-n-60-de-20-de-marco-de-2019-68157790. Acesso em: 22 abr. 2021.

encontra ainda um desafio mais grave: uma pandemia mundial cujo método mais eficaz para refrear a propagação do vírus que a causou, o Sars-CoV-2, tem sido medidas de restrição à circulação de pessoas e de distanciamento social, impactando direta e negativamente profissionais, organizações e empresas do campo cultural.

A superação de tamanho desafio não é tarefa simples e exigirá a atuação de distintos agentes em diversos níveis. Um exemplo recente foi a promulgação da Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural (Lei nº 14.017 de 29 de junho de 2020). De autoria do Congresso, e contando com uma intensa participação do campo artístico e cultural, a norma destinou 3 bilhões de reais para editais de apoio a iniciativas culturais e pagamento de uma renda emergencial aos trabalhadores da área. Os recursos são oriundos do saldo Fundo Nacional da Cultura (FNC) e estavam imobilizados e sem quaisquer previsões de aplicação.

Mesmo com a instabilidade atual das políticas culturais em nível federal, desde meados do ano de 2016, não houve uma diminuição da produção acadêmica sobre o tema. Em parte, temos como hipótese que tais tendências necessitam de um prazo de cerca de quatro anos para serem verificadas, devido ao tempo necessário à produção de uma tese ou uma dissertação. Ainda em relação ao número de pesquisadores que se debruçam sobre o campo e suas práticas, entendemos que a extração de trabalhos a partir dos termos propostos neste artigo pode limitar o campo de estudos sobre políticas culturais. Por outro lado, trata-se de uma representação

de estudos expressamente identificados com a temática¹⁰.

Buscando dialogar o contexto mais geral, por ora bastante desfavorável, e já propondo um breve exercício de futurologia, as nuvens de palavras-chave apresentadas podem nos dar algumas pistas sobre as perspectivas para o desenvolvimento desse campo acadêmico. A ampliação e consolidação do uso de palavras-chave como “políticas públicas”, e de áreas correlatas como “patrimônio cultural”, “direitos culturais”, “economia da cultura”, “gestão cultural”, parecem apontar para o reconhecimento da importância da institucionalidade do campo. Mesmo num cenário federal de grande instabilidade e ausência do executivo, temos ações de grande impacto nacional, como a Lei Aldir Blanc, proposta oriunda do Legislativo, como mencionado. Além disso, existem as secretarias estaduais e municipais que executam políticas e programas em suas localidades. Trata-se de um campo que possui como característica a ênfase em experimentos práticos, ilustrada pela recorrência de termos como o paradigmático programa “Cultura Viva” e seus “Pontos de Cultura”, e que está em permanente diálogo e troca com gestores e profissionais da área. Por outro lado, há ainda trabalhos que são feitos com o intuito de discutir o próprio campo e seus

¹⁰ Atualmente, encontra-se em curso o projeto de ampliação deste corpus a partir do desenho de uma árvore de termos aderentes às políticas culturais, mencionados de forma única ou por meio de expressões booleanas, para além da indexação dos termos apresentados neste artigo. Por exemplo, a extração de teses e dissertações irá incluir expressões como “economia criativa”, “ação cultural”, “centro cultural”, dentre outras.

conceitos, em articulação com os mais distintos setores.

Por fim, nosso exercício de futurologia pretende ser também de esperança. Mesmo em um cenário adverso como o que enfrentamos, a insistência na produção de conhecimento sobre políticas culturais e a busca por novas institucionalidades podem contribuir para a identificação de alternativas, que redundam, necessariamente, no reconhecimento da necessidade da mobilização social e das construções coletivas, mesmo em tempos de paralisia da ação pública. ■

[**LEONARDO COSTA**]

Professor e vice-diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor em Cultura e Sociedade pela UFBA. Realizou pós-doutorado na University of Miami. E-mail: leocosta@ufba.br

[**RENATA ROCHA**]

Professora da Faculdade de Comunicação da UFBA. Coordenadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Doutora em Cultura e Sociedade pela UFBA. E-mail: renatatrocha@ufba.br

Referências

BARBALHO, Alexandre; HOLANDA, Jocastra. Estudos de política cultural no Brasil: um olhar desde o Enecult. In: RUBIM, Linda; VIEIRA, Mariella; SOUZA, Delmira de (org.). **Enecult 10 anos**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 183-196.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma Sociologia da Ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004.

CALABRE, Lia. Estudos acadêmicos contemporâneos sobre políticas culturais no Brasil: análises e tendências. **PragMATIZES**: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, v. 4, n. 7, p. 109-129, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COELHO, Teixeira. **Usos da cultura**: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COSTA, Leonardo. Avaliação bibliométrica sobre planos de cultura. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Planos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 17-35.

DOMINGUES, João; DE PAULA SANTOS, Leandro; DE OLIVEIRA SILVA, Mariana. Do ato fóbico ao ato mágico pós-político: o novo mercado discursivo do Ministério da Cultura. **Revista Eptic**, v. 20, n. 2, p. 178-195, 2018.

GALLEGO, Esther Solano; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à operação Lava Jato e contra a reforma de previdência. **Em Debate**, v. 9, n. 2, p. 35-45, 2017.

GIL, Gilberto. 2 de janeiro de 2003, Solenidade de transmissão do cargo. Brasília. Discurso. In: ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Maurício (org.). **Cultura pela palavra**. Coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003-2010. Rio de Janeiro: Versal, 2013. p. 229-234.

GUIMARÃES, Fabiana; SILVA, Raiany. Estudos sobre financiamento e fomento à cultura nos estados e Distrito Federal. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; VASCONCELOS, Fernanda Pimenta (org.). **Financiamento e fomento à cultura no Brasil**: estados e Distrito Federal. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 63-98.

KUCHENBECKER, Nayanna de Mattos. **Produção de Conhecimento em Políticas Culturais no Brasil**: um olhar a partir dos microdados das teses e dissertações defendidas entre 1987 e 2018. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

MENA-CHALCO, Jésus; ROCHA, Vladmir. Caracterização do banco de teses e dissertações da Capes. *In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA*, 4., 2014, Recife. **Anais** [...]. Recife: EBBC, 2014.

MORETTI, Franco. Conjeturas sobre a literatura mundial. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 58, p. 173-181, 2000.

MORITZ, Gilberto de Oliveira; MORITZ, Mariana Oliveira; MELO, Pedro Antonio de. A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. *COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL*, 11., 2011, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/375YW6U>. Acesso em: 23 abr. 2021.

OLIVEIRA, Gleise Cristiane Ferreira de. **Institucionalidade Cultural**: o Programa Cultura Viva da criação até a Lei nº 13.018/2014. 2018. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

PENG, R. D. **R Programming for Data Science**. [S. l.]: Leanpub, 2015. E-book.

ROCHA, Renata. TV pública e políticas culturais no Brasil: trajetória, interseções e embates. *In: ROCHA, Renata. Políticas culturais e televisão pública: o processo de conformação da Empresa Brasil de Comunicação/TV Brasil*. 2014. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ROCHA, Renata *et al.* Publicações sobre políticas culturais na Universidade Federal da Bahia: explorações bibliométricas. **PragMATIZES**: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Niterói, ano 10, n. 19, p. 380-406, 2020.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. *In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre Almeida; CALABRE, Lia (org.). Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 11-31.

SANTOS, Marcelo Augusto de Paiva dos. **Políticas culturais, um campo em formação**: explorações a partir de metodologias informacionais e cientométricas. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

VIEIRA, Mariella Pitombo *et al.* O perfil dos estudos sobre políticas culturais a partir do Enecult. *ENECULT*, 12., 2016, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2016.